

MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	929770-MMS-FUNDAÇÃO DE SERVICOS DE SAÚDE DE DOURADOS	MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO	22/04/2026 16:21 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		014/2026

1. Definição do objeto

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o registro de preços para futura e eventual aquisição da **DIETA PARENTERAL**, necessários para atender as necessidades dos pacientes do Hospital da Vida e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ambas as unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (FUNSAUD), de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	Qtd.
1	457162	NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO CENTRAL KCAL/BOLSA: 900 A 1.250 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3:1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45 /ANVISA), prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 45 a 60 (g/bolsa); glicose: 120 a 150 (g/bolsa); nitrogênio: 6,8 a 9,0 (g/bolsa); Kcal/ bolsa: 1.100 a 1.300; relação kcal não ptn/g/N: 110 a 160; osmolaridade: 1.200 a 1.500 (mosmol/1); eletrólitos: sim.	Bolsa 900 a 1250 ML	100
2	295269	NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO PERIFÉRICA KCAL /BOLSA: 1.000 A 1.450 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3: 1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45 /ANVISA), prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 30 a 40 (g/bolsa); glicose: 80 a 100 (g/bolsa); nitrogênio: 5,0 a 6,0 (g/bolsa); Kcal/bolsa: 950 a 1200; relação kcal não PTN/g/N: 135 a 170; osmolaridade: 750 a 840 (mosmol/1); eletrólitos: sim	Bolsa 1000 a 1450 ML	100

1.2. Da natureza do objeto

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal Nº 786, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2021.

1.3. Da modalidade de contratação

1.3.1. Será adotado a modalidade pregão, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, especificamente no artigo 6º e como procedimento auxiliar o Sistema de Registro de Preços (SRP), em atenção ao Art. 4 do Decreto Municipal Nº 2.881, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, devido à natureza imprevisível da demanda. Essa modalidade permite a aquisição de forma parcelada atendendo às demandas necessárias durante o período de 12 meses.

1.3.2 Justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP): A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de fornecimento de materiais, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos.

1.4. Do tratamento diferenciado

1.4.1. Não será adotado o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006. Embora exista previsão legal de exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) em contratações de até R\$ 80.000,00 por item, tal medida, no presente certame, não se mostra vantajosa para a Administração Pública.

1.4.2. A restrição à participação exclusiva de ME/EPP pode comprometer a eficiência do processo licitatório, especialmente considerando a natureza do objeto dietas parenterais que demandam fornecedores especializados, devidamente regularizados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e com capacidade técnica e logística adequada, podendo resultar em elevação de preços ou na ocorrência de itens desertos ou fracassados.

1.5. Da não adoção de exclusividade e de cota reservada para ME/EPP

1.5.1. Não será aplicada exclusividade nem cota reservada para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte neste certame. Embora o objeto seja de natureza divisível, verifica-se a ausência de vantajosidade econômica para a Administração Pública, bem como a limitação de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, circunstâncias que podem comprometer a ampla concorrência e a obtenção da proposta mais vantajosa.

1.6. Do critério de julgamento

1.6.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**.

1.7. Modo de Disputa

1.7.1. O modo de disputa da presente contratação será **aberto e fechado**.

1.8. Do intervalo entre lances

1.8.1. O intervalo mínimo entre os lances, tanto intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 1,00 (um real)**.

1.9. Da vedação à participação em consórcio

1.9.1. Não será permitida a participação de consórcios, uma vez que o objeto não apresenta complexidade técnica ou vulto que impeça a participação individual de empresas especializadas. A vedação visa preservar a competitividade e garantir a ampla participação de empresas habilitadas.

1.10. Da vedação à participação de Cooperativas

1.10.1. Não será admitida a participação de cooperativas, visto que a exigência de assinatura e anuência de todos os cooperados em procedimentos contratuais, aditivos e pagamentos comprometeria a célere execução do objeto pretendido.

1.11. Da ATA de Registro de Preço

1.11.1. Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços.

1.11.2. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a FUNSAUD, por meio do setor de Contratos.

1.11.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, admitida a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. A eficácia da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como de seus eventuais termos aditivos.

1.11.4. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser reestabelecidos os quantitativos inicialmente estabelecidos na licitação.

1.12. Do Contrato

1.12.1. O contrato decorrente da ata de registro de preço, terá vigência contada a partir da data de assinatura do contratante, cuja eficácia se dará a partir da divulgação do seu extrato no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e duração de 12 meses na forma dos artigos 94 e 105 da Lei Federal 14133/2021.

1.12.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, mediante assinatura de termo aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato com justificativa por escrito em restrito observância dos art. 106 e 107 da Lei Federal 14133/2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. As contratações realizadas pela Administração Pública submetem-se, obrigatoriamente, ao regime jurídico estabelecido na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional aplicável. Nesse contexto, destaca-se o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, que determina que as obras, serviços, compras e alienações devem, como regra, ser precedidas de processo licitatório, assegurando igualdade de condições a todos os concorrentes.

2.1.1. A aquisição de dieta parenteral, classificada como insumo essencial à assistência em saúde, reveste-se de elevada relevância para a garantia da continuidade dos serviços prestados pelas unidades hospitalares. Trata-se de terapia nutricional indispensável a pacientes impossibilitados de receber alimentação por via oral ou enteral, sendo fundamental para a manutenção do estado nutricional, recuperação clínica e redução de complicações. A indisponibilidade desse insumo pode acarretar descontinuidade terapêutica, agravamento do quadro clínico e aumento da morbimortalidade, comprometendo diretamente a qualidade da assistência prestada.

2.2. A licitação constitui o instrumento por meio do qual a Administração Pública assegura a observância dos princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, possibilitando a ampla participação de interessados aptos a atender às demandas públicas.

2.3. Nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, ressalvados os casos previstos em lei, as contratações públicas devem ser realizadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições entre os concorrentes, com exigências de qualificação técnica e econômica estritamente necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais.

2.4. A matéria é regulamentada pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelecendo normas gerais aplicáveis às contratações públicas.

2.5. O procedimento licitatório tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, planejamento, transparência e demais previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A presente contratação fundamenta-se na necessidade devidamente formalizada no Documento de Formalização de Demanda (DFD), elaborado pela unidade requisitante, conforme previsto na legislação vigente. Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, a modalidade adotada será o pregão, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O pregão é a modalidade de licitação adequada para a aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação, permitindo maior competitividade e eficiência no processo de contratação pública.

2.8. Destaca-se que essa modalidade proporciona maior celeridade e racionalização dos procedimentos licitatórios, contribuindo para a otimização dos recursos públicos e para a obtenção de melhores condições de contratação.

2.9. Ressalta-se que a presente aquisição possui caráter estratégico no âmbito da FUNSAUD, uma vez que a dieta parenteral integra o rol de insumos essenciais à garantia do direito fundamental à saúde, conforme preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo indispensável para a assistência integral aos pacientes.

2.10. Considerando que a terapia nutricional parenteral é frequentemente determinante para a evolução clínica dos pacientes, faz-se necessária a constituição de estoque regulador, a fim de evitar desabastecimentos e assegurar a continuidade dos atendimentos. Nesse sentido, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, por possibilitar aquisições conforme a demanda, com maior flexibilidade e eficiência na gestão dos estoques.

2.11. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é imprescindível para a manutenção da qualidade e da continuidade dos serviços de saúde prestados pelas unidades gerenciadas pela FUNSAUD, sendo a dieta parenteral insumo indispensável à adequada assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde.

3. Descrição da solução

3.1. Considerando tratar-se de insumos hospitalares de uso contínuo e amplamente disponíveis no mercado nacional, verificou-se, durante a fase de levantamento de mercado, que a modalidade de licitação **pregão, na forma eletrônica**, é a que melhor atende à presente demanda. Tal escolha justifica-se por se tratar de objeto comum, cujas especificações e padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), por meio de pregão eletrônico, mostra-se a alternativa mais adequada, considerando que a demanda é de natureza contínua e recorrente, porém variável ao longo do tempo, não havendo necessidade de contratações imediatas e integrais. Esse sistema permite maior flexibilidade na gestão das aquisições, possibilitando contratações conforme a necessidade da Administração, sem a obrigatoriedade de consumo total dos quantitativos registrados.

3.3. O levantamento de mercado e a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública indicam que a contratação de empresas especializadas no fornecimento de dietas parenterais é a solução mais eficiente e vantajosa, especialmente em razão da especificidade técnica dos produtos e da necessidade de garantia de qualidade, segurança e regularidade no fornecimento.

3.4. Os itens a serem adquiridos possuem especificações padronizadas e consolidadas no mercado, sendo compatíveis com as práticas usuais de fornecimento, o que reforça a caracterização do objeto como bem comum. Destinam-se ao atendimento das demandas das unidades geridas pela Fundação de Serviços de Saúde de Dourados – FUNSAUD.

3.5. Destaca-se, ainda, que a utilização do Sistema de Registro de Preços contribui para um controle mais eficiente da distribuição e do consumo dos itens, favorecendo o planejamento das aquisições, a racionalização dos recursos públicos e a promoção do consumo consciente.

3.6. Ressalta-se que a solução ora proposta já vem sendo adotada em contratações anteriores, demonstrando resultados satisfatórios quanto à eficiência, economicidade e atendimento das necessidades institucionais da FUNSAUD. Permanecerá, contudo, sujeita à revisão, caso sejam identificadas alternativas mais vantajosas no mercado ou inovações que melhor atendam ao interesse público.

4. Requisitos da contratação

Requisitos Gerais

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos:

a) Qualidade dos produtos: Os itens devem ser fornecidos em conformidade com as especificações de qualidade descritas no edital, atendendo aos padrões exigidos, observando as normas sanitárias e de segurança vigentes;

b) Condições ideais de qualidade: Os produtos fornecidos devem estar em condições ideais de qualidade, conforme as exigências de normas sanitárias vigentes, respeitando as especificações do edital;

c) Documentação e rastreabilidade: A empresa vencedora deverá fornecer nota fiscal, certificado de origem e/ou outro documento que comprove a qualidade e a rastreabilidade dos produtos fornecidos.

d) Comprovante de conformidade: A nota fiscal e/ou o certificado de origem será considerado como comprovante de conformidade dos produtos entregues, sendo exigido pela Administração para atestar a qualidade e a adequação dos itens fornecidos;

e) Produtos com defeito ou inadequados: Caso seja constatado fornecimento incompleto, inadequado ou com defeito nos produtos (como produtos danificados, fora da validade, ou com aparência inadequada), o fornecedor será convocado para substituir ou complementar os produtos no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos** a contar da convocação pelo setor requisitante;

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

4.2.2. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

4.2.3. Será exigida a Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

4.3. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca/produto desde que atendas as especificações e condições deste termo de referência.

Das Propostas

4.4. As propostas deverão conter as especificações do produto cotado (dieta parenteral): denominação do produto, identificação conforme Denominação Comum Brasileira (DCB) ou Denominação Comum Internacional (DCI), quando aplicável, nome do fabricante, composição nutricional completa, apresentação, volume total, forma de acondicionamento e quantidade de unidades por embalagem;

4.4.1. Os produtos cotados deverão estar devidamente regularizados junto ao Ministério da Saúde/ANVISA, não podendo ser fabricados, comercializados ou utilizados sem o devido registro, cadastro ou notificação, conforme aplicável à sua classificação sanitária, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

4.4.2. Caso o registro ou regularização do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua renovação, a licitante deverá apresentar documentação comprobatória do protocolo, acompanhada do registro anterior ou publicação oficial, conforme legislação aplicável.

4.4.3. Os produtos fornecidos deverão atender às normas de segurança aplicáveis, especialmente no que se refere ao acondicionamento, transporte e administração, conforme regulamentações vigentes do Ministério da Saúde e normas de biossegurança.

4.4.4. Não se aplica a exigência de forma farmacêutica em comprimidos, considerando a natureza do objeto (dieta parenteral).

4.4.5. Não serão aceitos produtos manipulados, em razão da necessidade de garantia de estabilidade, segurança e prazo de validade adequado.

4.4.6. A proposta deverá conter ainda: número do registro, cadastro ou notificação na ANVISA, conforme o caso; quantidade do item por embalagem secundária (caixa), evitando fracionamento no momento da entrega. Caso alguma etapa do processo produtivo seja terceirizada, o licitante deverá informar a empresa responsável e a etapa realizada.

4.4.7. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, conforme o inciso XII, art. 16, do Decreto Municipal nº 2.120/2023.

Subcontratação:

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1. Considerando as características elencadas no ETP e Termo de Referência que se trata de compra de materiais, cujo o vulto é pouco expressivo e os materiais são comumente comercializados no mercado, sem características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para o fornecimento dos produtos. Enfim, compreendeu-se que empresas do ramo especializado isoladamente poderão deter as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente executar o objeto. Portanto, conclui-se que o objeto deste processo não tem complexidade ou características financeiras ou de execução que justificasse admitir a subcontratação.

Garantia da contratação

4.6. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11 setembro 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), e suas alterações subsequentes.

4.6.1. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição das dietas parenterais, porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

4.6.2. Na substituição dos produtos fora da validade ou que apresentem defeitos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

Do Registro na ANVISA

4.7. As empresas que participarem da licitação deverão obrigatoriamente anexar o Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde-ANVISA dos medicamentos, conforme Lei nº 6.360, 23 de Setembro 1.976, também do Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou de sua publicação no Diário Oficial da União para os itens que apresentar cotação. Caso não haja obrigatoriedade do Registro (por dispensa ou isenção) identificar o item como isento. Tal documento deve impresso em papel timbrado da empresa, estar assinado e carimbado pelo seu representante legal.

4.8. A empresa deverá apresentar o registro constante no item 4.7. no prazo de 02 horas ao final da disputa para avaliação do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde-ANVISA dos produtos aos quais lhe foram adjudicados.

4.9. Será indicado servidores do setor de licitação, ou da área técnica afim de avaliar os registro apresentados, afim de analisar a validade do documento, descrição do produto em relação ao item licitados, marca em relação a proposta, bem como outras informações afim de averiguar se o mesmo atende ao descritivo previsto neste termo.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Forma de fornecimento.

5.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

5.2. Condições de Entrega:

5.2.1 Os produtos deverão ser entregues **20 (vinte) dias corridos** a contar do prazo de recebimento da Ordem de fornecimento, em remessa única do produto que consta na OF.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias corridos**, de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.3.1. As dietas parenterais deverão ser entregues na **Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF**, das **07:00h às 17:00h**, situada na **Rua Manoel Rasselen, nº 545-C, Bairro 4º Plano**, no Município de Dourados/MS, nos quantitativos e condições especificadas na ordem de fornecimento, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota fiscal e/ ou Fatura), e serão recebidos por servidor integrante da Central de Abastecimento Farmacêutico da FUNSAUD, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

5.4. O prazo de validade dos itens não poderá ser inferior a **1/3 (um terço)** do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. A entrega dos produtos se dará a partir da solicitação do setor competente da FUNSAUD, conforme sua necessidade.

5.6. Na hipótese de interdição de lotes de dieta parenteral pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, os produtos deverão ser substituídos imediatamente por outro lote regular, devidamente autorizado para comercialização. Em situações excepcionais, poderá ser admitida a substituição por formulação equivalente, com composição e indicação terapêutica compatíveis, desde que previamente analisada e autorizada pela equipe técnica da FUNSAUD.

5.7. As dietas parenterais que demandarem condições especiais de armazenamento e conservação, conforme orientação do fabricante, deverão ser transportadas e entregues em estrita conformidade com tais exigências, especialmente quanto ao controle de temperatura, cadeia fria (quando aplicável) e integridade físico-química, garantindo a manutenção de sua estabilidade, esterilidade e segurança para uso.

5.8. Serão recusados, no todo ou em parte, os produtos que não atendam às especificações constantes neste processo de contratação, bem como aqueles que apresentem qualquer inconformidade, tais como violação de embalagem, alteração de aspecto, comprometimento da esterilidade, prazo de validade inadequado ou quaisquer indícios que possam comprometer sua qualidade e segurança.

5.9. O fornecedor ficará obrigado a substituir, sem quaisquer ônus para a FUNSAUD, no prazo máximo de **5 (cinco) dias corridos**, os produtos recusados, contados a partir da notificação formal.

5.10. Todas as despesas decorrentes da entrega, incluindo transporte adequado, acondicionamento especial, manutenção da cadeia de conservação e eventual substituição de produtos, correrão por conta do fornecedor. O descumprimento dos prazos estabelecidos, sem justificativa formal aceita pela Administração, sujeitará o contratado às penalidades previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

5.11. Aplicam-se subsidiariamente às disposições desta cláusula as normas previstas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, devendo a empresa apresentar um responsável para medidas necessárias.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica:

6.6. As atividades do fiscal técnico serão conduzidas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Artigo 21 do Decreto Municipal nº2.097,6.8. de 23 de março de 2023. Este artigo define que o fiscal técnico tem como atribuição principal o acompanhamento detalhado da execução do objeto contratual, assegurando que os serviços ou produtos entregues atendam aos requisitos técnicos especificados no contrato.

6.6.1. A Fiscalização Técnica ficará a cargo do Coordenador da Central de Abastecimento Farmacêutica: **Harrison Pedroso Renovato** e da Farmacêutica Responsável: **Ieda Paiva**.

Fiscalização Administrativa

6.7. As atividades do fiscal administrativo estarão em conformidade com o disposto no Artigo 22 do Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023. De acordo com esse artigo, o fiscal administrativo tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo, assegurando que todas as obrigações e formalidades legais e contratuais sejam cumpridas. Isso inclui a verificação do cumprimento de prazos, a conferência da documentação pertinente, o controle de pagamentos e a gestão de eventuais ajustes contratuais. O fiscal administrativo atua, assim, garantindo que o processo contratual transcorra de maneira eficiente, sem comprometer a legalidade, a transparência e o bom andamento das obrigações envolvidas.

6.7.1. A Fiscalização Administrativa ficará a cargo das funcionárias do setor de contratos: **Evelin Loana Magro Lino** e **Gisele Manvailer Silva**.

Gestor do Contrato

6.8. As atividades do gestor de contrato estarão em conformidade com as disposições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.097, de 23 de março de 2023, Art. 20. Portanto, as ações e decisões do gestor de contrato deverão ser pautadas pelo que está previsto nesse decreto, visando à transparência e ao cumprimento das obrigações contratuais de maneira eficaz e legal.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento:

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §2º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. O prazo de validade;

7.8.2. A data da emissão;

7.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. O valor a pagar; e

7.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação formal pela contratante, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias corridos**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 6º do DECRETO Nº 2.894, DE 19 DE JANEIRO DE 2024.

7.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**.

Forma de pagamento:

7.17. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento:

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação:

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16.1. A existência de débitos e/ou obrigações sob discussão e/ou objetos de parcelamentos ou medidas corretivas, que implique a emissão de certidão positiva com efeito de negativa, não desfavorece a regularidade fiscal do licitante.

8.17. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas. Será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 8.213/91 Lei dos Benefícios da Previdência Social e artigo 63 inciso IV da Lei 14.133/2021.

8.17.1. A declaração apresentada deverá ser mantida válida durante toda a execução contratual, cabendo à contratada garantir cumprimento efetivo das obrigações legais relativas à reserva de cargos.

8.18. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de não emprego de menores.

8.19. Caso o licitante não declarar em campo próprio do sistema no ato do cadastramento da propostas, será exigida da empresa licitante na fase de habilitação a declaração de inexistência de fatos supervenientes e impeditivos a contratação com a administração pública.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Técnica

8.21. ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA, em vigor emitida pela autoridade sanitária municipal ou estadual (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante), conforme o caso, segundo o que dispõe a Portaria nº 2814/GM de 29 de maio de 1998 Gabinete Ministerial/Ministério da Saúde.

a) Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

8.22. A exigência de Alvará Sanitário mostra-se indispensável na presente contratação, tendo em vista que o objeto envolve dietas parenterais, produtos diretamente relacionados à assistência à saúde e destinados ao uso em pacientes, demandando rigoroso controle sanitário quanto ao armazenamento, transporte, manuseio e distribuição. O referido documento comprova que a empresa encontra-se regular perante a Vigilância Sanitária competente e apta a exercer atividade compatível com o objeto licitado, observando as normas sanitárias vigentes, o que contribui para a segurança dos pacientes, mitigação de riscos à saúde pública e garantia da qualidade dos produtos fornecidos. Assim, a exigência visa resguardar o interesse público e assegurar que somente empresas devidamente autorizadas participem do certame.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 43.291,00

9.1. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 43.291,00

9.2. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o Decreto Municipal nº 787/2021, emitido pela Prefeitura Municipal de Dourados, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços pelo Município de Dourados e suas autarquias e fundações.

9.3. A pesquisa de preços levou em consideração o memorial de cálculo do consumo dos itens a serem adquiridos, elaborado com base na média de consumo anual dos anos anteriores 2024/2025, acrescida de margem de segurança de 20%, conforme demonstrado no quadro abaixo.

MEMORIAL						
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	CONSUMO MÉDIO EVIDENCIADO	20% ACRÉSCIMO	PREVISÃO DE CONSUMO 12 MESES
		NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO CENTRAL KCAL/BOLSA: 900 A 1.250 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3:1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma				

1	457162	para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45/ANVISA), prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 45 a 60 (g/bolsa); glicose: 120 a 150 (g/bolsa); nitrogênio: 6,8 a 9,0 (g/bolsa); Kcal/ bolsa: 1.100 a 1.300; relação kcal não ptn/g/N: 110 a 160; osmolaridade: 1.200 a 1.500 (mosmol/l); eletrólitos: sim.	Bolsa 900 a 1250 ML	80	20	100
2	295269	NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO PERIFÉRICA KCAL/BOLSA: 1.000 A 1.450 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3:1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45/ANVISA), prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 30 a 40 (g/bolsa); glicose: 80 a 100 (g/bolsa); nitrogênio: 5,0 a 6,0 (g/bolsa); Kcal/bolsa: 950 a 1200; relação kcal não PTN/g/N: 135 a 170; osmolaridade: 750 a 840 (mosml/l); eletrólitos: sim	Bolsa 1000 a 1450 ML	80	20	100

9.4. A pesquisa de preços buscou abranger o maior número possível de fontes, com o objetivo de refletir, com a maior fidedignidade possível, os valores efetivamente praticados no mercado para o objeto desta contratação.

9.5. Para a composição do valor estimado, foram consultadas diferentes fontes, tais como: Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, ComprasGov e banco de preços.

9.6. A partir dos valores obtidos, procedeu-se ao tratamento estatístico dos dados, com cálculo de média simples, desvio padrão, limites superior e inferior e, ao final, média saneada, mediante exclusão de valores que se situaram abaixo ou acima dos limites estabelecidos.

9.7. Assim, os valores estimados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, conforme demonstrado nas pesquisas de preços realizadas e na Planilha de Orçamento Médio, anexada aos autos do processo.

9.8. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 43.291,00 (Quarenta e três mil, duzentos e noventa e um reais)**.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	457162	NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO CENTRAL KCAL/BOLSA: 900 A 1.250 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3:1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45/ANVISA),	Bolsa 900 a 1250 ML	100	R\$ 224,41	R\$ 22.441,00

		prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 45 a 60 (g/bolsa); glicose: 120 a 150 (g/bolsa); nitrogênio: 6,8 a 9,0 (g/bolsa); Kcal/ bolsa: 1.100 a 1.300; relação kcal não ptn/g/N: 110 a 160; osmolaridade: 1.200 a 1.500 (mosmol/l); eletrólitos: sim.				
2	295269	NUTRIÇÃO PARENTERAL INFUSÃO PERIFÉRICA KCAL/BOLSA: 1.000 A 1.450 ML - Solução de nutrição parenteral, com lipídios para infusão central, acondicionada em bolsa plástica, estéril, apirogênica, tricompartimentada (tripa câmara) – do tipo 3:1. Sistema fechado, que deverá conter duas entradas: uma para equipo e outra para administração de soluções/medicamentos e apresente membrana cicatrizante, (de acordo com RDC nº 45/ANVISA), prazo de validade de 24 meses sem refrigeração, com medidas aproximadas de aminoácidos: 30 a 40 (g/bolsa); glicose: 80 a 100 (g/bolsa); nitrogênio: 5,0 a 6,0 (g/bolsa); Kcal/bolsa: 950 a 1200; relação kcal não PTN/g/N: 135 a 170; osmolaridade: 750 a 840 (mosmol/l); eletrólitos: sim	Bolsa 1000 a 1450 ML	100	R\$ 208,50	R\$ 20.850,00
					TOTAL	R\$ 43.291,00

****EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAIS (CATMAT) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.****

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, de repasses financeiros feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Dourados (Fundo Municipal de Saúde) à Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD, por meio da dotação abaixo discriminada:

10.1.1.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, Contrato de Gestão nº 209 /2022/SEMS/PMD de 05/08/2022 (PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 174/2022 Inexigibilidade de Licitação nº 007/2022).

11. Alinhamento entre Contratação e o PCA

11.1. No ano 2025 não foi elaborado um Plano Anual de Contratações, para ser executado em 2026, todavia o mesmo não previu a **Serviço de Registro de Preço para futura e eventual aquisição de dietas parenterais.**

11.2. A elaboração do Plano de Contratações Anual da Fundação de Serviço de Saúde de Dourados, para o ano de 2026 não foi concluída com ausência de regramento municipal competente e com falhas por não abranger a totalidade de gastos previstos para o presente ano.

11.3. Em 08 de agosto de 2025 foi publicado o Decreto nº 357, dispondo sobre o Plano de Contratações Anual de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública Direta e Fundacional do Poder Executivo Municipal.

11.4. O referido Decreto dispõe em seu artigo 20, que o mesmo passará a vigor em 01 de janeiro de 2026, estando pois em vacatio legis, ou seja, sem um Decreto Municipal regulamentador para 2025, dessa forma a FUNSAUD, não elaborou PCA para ser executado em 2026.

11.5. Assim sendo, em atenção ao Decreto 357 de 08 de agosto de 2025, a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, elaborará seu Plano de Contratações Anual , em 2026 para valer no ano de 2027.

12. Obrigações do Contratante e Contratado O

12.1. São obrigações do Contratante, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, X, XI e XIV):

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência.

12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.7. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias.

12.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. São obrigações do Contratado, além das previstas na lei 14.133/2021 (art. 92, XIV, XVI e XVII):

12.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.2. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

12.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos 05 (cinco) dias corridos, de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos impróprios para consumo entregues;

12.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante execução do objeto contratual.

12.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.14. Comprovar caso seja solicitado a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.16. Realizar as entregas conforme estipulado no Termo de Referência.

12. 2.17. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

12.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.2.20. Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer alterações nos processos de preparo, manipulação, acondicionamento, transporte ou demais condições que possam impactar a qualidade e segurança do objeto contratado.

12.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.2.22. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

12.2.23. Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão de obra, fretes, transportes, impostos, taxas, ou quaisquer outros incidentes sobre o fornecimento;

12.2.24. A licitante deverá entregar os materiais dentro das especificações contidas no Termo de Referência, responsabilizando se pela troca, no prazo de validade em caso de danificação do bem ou em sua embalagem, desde que a danificação na embalagem comprometa o uso futuro do bem em questão, independente do motivo alegado, conforme parecer técnico da unidade solicitante;

12.2.25. A inobservância ao disposto no item acima implicará o não pagamento à licitante, até a sua regularização;

12.2.26. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo e firmadas na sua proposta.

12.2.27. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

13. Do Reajuste

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, e a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. Infrações e Sanções e Administrativas

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Multa, nos termos do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas, previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021;
- iii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g” do subitem acima deste termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” e “k” do subitem acima deste termo de referência, bem como nas alíneas “b”, “c” “d” “e” “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. Por atraso injustificado na execução do contrato: a) Multa moratória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento), por dia, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

14.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas faltas leves.

b) Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pela fornecedora.

I. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto.

II. Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

III. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) por dia sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento dos prazos relativos à apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual;

IV. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

V. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VI. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VII. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

VIII. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

IX. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1 a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.5. A multa de mora será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no edital e/ou contrato.

§ 1º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido, o gestor do contrato deverá comunicar ao Setor Demandante, motivadamente, se persiste o interesse na contratação.

§ 2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a rescisão unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação vigente.

§ 3º A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

14.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.1. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HARRISON PEDROSO RENOVATO

Coordenador de Almoxarifado

IEDA PAIVA

Farmacêutica da CAF



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:59:17.

Despacho: Revisado por:

MICHELLI TAVARES DE SOUZA MONICO

Supervisora de Compras



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 11:46:49.

Despacho: Revisado por:

MARCIO ROMEIRO DE AVILA

Coordenador de Planejamento



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 14:33:04.

Despacho: Autorizado por:

MARIA IZABEL DE AGUIAR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:21:26.